



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

**ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DO IFMT**

Mês	Agosto/2019
Convocação	012/2019/CONSUP/IFMT
Dia	23 de agosto de 2019
Horário	08h30 às 11h30
Local	Auditório da Reitoria
Secretária	Isabela Silva Campos
Transmissão	https://www.youtube.com/watch?v=yXSZhrEvug8&feature=youtu.be

PRESENCAS	
Willian Silva de Paula	Presidente do Conselho Superior
Demétrio de Abreu Sousa	Titular – Representação Docente
Marcelo Ferreira de Arruda	Titular – Representação Docente
Antônio Nobre da Silva	Titular – Representação Docente
Claudionor Nunes Cavalheiro	Titular – Representação Docente
Ali Veggi Atala Junior	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Chalani Kinthia de Freitas	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Atila Milhomem da Costa	Titular – Representação Técnico-Administrativo
Karlla Tieko Moraes Sasaki	Titular – Representação Sociedade Civil
Cleber Irineu Rodrigues da Silva	Titular – Representação Egressos
Eudes Franco Neto	Titular – Representação Egressos
Silvana Alves Pedrozo Vitalino Barbosa	Titular – Representação Entidade Sindical
Marcus Vinícius Taques Arruda	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Sandra Maria de Lima	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Julio César dos Santos	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Dimorvan Alencar Brescancim	Titular – Representação Colégio de Dirigentes
Luiz Simão Staszczak	Titular – Representação Ministério da Educação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

ABERTURA

Aos **vinte e três** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e dezenove**, às oito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Reitoria, deu início à 41ª Reunião Ordinária do CONSUP. O Presidente do Conselho Superior, Prof. **Willian Silva de Paula**, saudou a todos e a todas desejando-lhes boas-vindas a mais uma reunião do Conselho.

PAUTA

1 – Leitura e Aprovação da Ata

A Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 28/06/2019, foi encaminhada aos conselheiros para considerações. Como não houve nenhuma sugestão de alteração, passou-se à assinatura.

2 – Informes Gerais

Informes do Presidente

O Presidente do Conselho, Prof. Willian Silva de Paula, informou que a Auditoria Interna encaminhou ao Gabinete Ordens de Serviço informando que, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do IFMT, iniciará os trabalhos de auditoria no Campus Bela Vista: de 05/08 a 30/08; Campus Cuiabá: de 05/08 a 30/08; PROEX e PROEN: de 23/08 a 03/09; PRODIN: de 30/08 a 06/09; Reitoria: de 10/09 a 11/10 e Campus Várzea Grande: de 10/09 a 11/10. Em seguida, destacou que na reunião do CONIF do mês de agosto ocorreu uma Monção de Aplausos em homenagem à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e também aos reitores na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Informou que a reunião aconteceu no Rio de Janeiro e que as questões orçamentárias têm sido discutidas e bem alinhadas dentro do pleno, que está verificando as necessidades e particularidades de cada instituto e vendo o que o CONIF pode fazer junto à SETEC, ao Ministério da Economia e ao MEC. Disse que nos últimos tempos, o CONIF tem se aproximado da Andifes para ter pautas em comum, dialogar juntos e somar forças para mostrar o trabalho tanto das UF's como dos institutos federais. Na sequência, comunicou que a Reditec de 2019 ocorrerá em Florianópolis e esclareceu que esse evento é o encontro de dirigentes da rede: reitores, pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores-gerais de campi. Outro ponto importante que destacou é a questão do Programa Future-se, porque se trata de um documento com pontos a serem observados e ainda sem esclarecimentos. Disse que isso foi discutido no Colégio de Dirigentes na reunião de agosto e dentro do colégio foram colocadas as angústias de cada um, o que tem de esclarecimento e o que ainda falta, e lembrou que há uma consulta pública posta pelo Ministério da Educação até o dia 29, que até então era até o dia 15, mas ampliou-se esse prazo e dentro do CODIR foi deliberado que o Instituto Federal de Mato Grosso realizará uma audiência pública sobre esse tema. Destacou que, por mais que a consulta seja até a semana seguinte, o Instituto Federal fará esse trabalho através de uma audiência pública com a participação deste conselho, informou que no CODIR já foram designados alguns membros para começar a pensar o mais rápido possível nessa organização e, em seguida, convidou os conselheiros que queiram participar. Posteriormente, disse que o Instituto Federal de Mato Grosso passou pelo recredenciamento da EAD e, por isso, recebeu um grupo de avaliadores do MEC na instituição, tendo a Reitoria como sede. Comunicou que o primeiro reitor do instituto, Prof. José Bispo Barbosa, se aposentou e inaugurou a galeria de reitores. Narrou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

que foi uma cerimônia de emoções, de resgates e de momentos ímpares para a história da instituição pelo trabalho que esse servidor fez com muito afinco e, principalmente, com muito amor. Após, relatou que ocorreu a visita de um embaixador do Chile e, nessa visita, o foco foi o fortalecimento do ensino da língua espanhola dentro do IFMT e que se chegou a falar de projeto de extensão e pesquisa, mas nesse primeiro momento o foco foi outro e ressaltou a presença da UFMT, da Unemat, através das diretorias internacionais dessas instituições e, principalmente, do Governo do Estado que também esteve presente. Logo depois, destacou que o IFMT lançou mais uma edição da Revista Digoreste e que, dentro da pró-reitoria de extensão, a ativa incubadora, através de um programa de incubação e aceleração de impacto, venceu o desafio realizado pela ANPROTEC. Ainda com relação a informes, afirmou que não tem data ainda, mas a comissão de educação, cultura e esporte do Senado Federal se propôs a realizar três audiências públicas sobre o Programa Future-se. Na primeira, são várias instituições participando, mas pediram a presença do CONIF e de outros conselhos. Na segunda, já existem mais a participação dos sindicatos, representações de trabalhadores e, na terceira, o que chama atenção na proposta dessas audiências públicas é a presença dos ex-ministros da Educação. Logo após, expôs que no dia 2 de setembro haverá uma reunião, na Reitoria da UnB, de um grupo de trabalho destinado a acompanhar e avaliar o Sistema Universitário Brasileiro e esclareceu que esse grupo, composto por reitores do Centro-Oeste, foi instituído por ato do Presidente da Câmara dos Deputados. Ato contínuo, disse que tem feito, na medida do possível, um diálogo bem próximo com a bancada mato-grossense para que ela tenha conhecimento de todas essas situações, não só de questões orçamentárias e infraestrutura da instituição, das necessidades, mas também de programas, desses projetos que vem do governo e o que isso poderia afetar o instituto. Informou ainda a necessidade de nomeação pelo Conselho Superior de comissão eleitoral para eleição dos membros CIS/PCCTAE, de acordo com o Regimento Interno daquela comissão e, na sequência, comunicou que os conselheiros precisam assinar as Resoluções nº 29 e nº 30 da reunião passada acerca do ponto eletrônico. E ressaltou ainda que o conselho precisará alterar a data da reunião do mês de outubro, que está agendada para o dia 25, porque nesta semana ele terá uma atividade do CONIF.

2.1 – Justificativa de Ausência

- 1) **Edna Pereira dos Santos Ferreira** (Representação Técnico-Administrativo): compromisso agendado;
- 2) **Débora Neves de Melo** (Representação Técnico-Administrativo): compromisso agendado;
- 3) **Rodrigo Vargas de Oliveira** (Representação Discente): compromisso profissional agendado;
- 4) **Elias da Silva Vasco Júnior** (Representação Discente): atividade avaliativa. (Informada no dia 21/08/2019, às 23h49)
- 5) **Daphane da Cruz e Silva** (Representação Discente): foi acompanhar a irmã ao médico. (Informada no dia 23/08/2019, às 06h29)

O Pró-Reitor de Administração, Túlio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo, apresentou o panorama orçamentário do IFMT, com valores referentes à Lei Orçamentária Anual de 2019, LOA 2019 após o bloqueio, os valores do bloqueio e do corte orçamentário, assim como o limite de empenho liberado. Na sequência,

Karla Anadi
Diaboto
W
Figueiredo
ck
A
fl
SM
2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

pontuou que o bloqueio orçamentário foi realizado em 30 de abril de 2019 e ressaltou que, nas reuniões do CODIR e do COPLAN, enfatiza que se trata de um bloqueio orçamentário, que quer dizer que esse valor pode ser liberado assim que as unidades chegarem próximas ao valor que já foi executado. Relatou que também ocorreu um corte orçamentário das ações de emendas parlamentares, no valor de R\$ 969.703,00. Explicou que no custeio discricionário, que é aquele de poder do gestor para fazer execução, havia previsto na lei orçamentária anual em janeiro 74 milhões de reais, foi efetuado um bloqueio de 22 milhões no dia 30 de abril, o qual foi divulgado na mídia que é 30% do total do orçamento. Logo após, disse que o instituto tem um teto de até 52 milhões se considerar este bloqueio, mas, por enquanto, desse custeio discricionário, já tem liberado para os campi 43 milhões, que é 58% do total. Então há uma parcela de 43 milhões disponível para empenho, podendo chegar a 52 milhões.

Dimorvan Alencar Brescancim

Pontuou que dentro do contexto apresentado, existem situações diferentes porque há instituições em estágios diferentes de funcionamento, algumas consolidadas e outras em implantação. Aquelas instituições que cumpriram com o Plano de Desenvolvimento Institucional em relação ao número de vagas e cursos a serem implantados e que ainda não são consolidadas têm uma dificuldade imensamente maior orçamentária para poder concluir suas atividades. Advertiu que Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste são escolas que ainda estão numa fase de um anuário básico e não tiveram na composição dos seus orçamentos ainda computado o número de alunos na matriz orçamentária, que normalmente é elaborada pela equipe do FORPLAD do CONIF. Em seguida, ressaltou que é importante registrar isso porque essas unidades não conseguem chegar até dezembro e já chegaria com muita dificuldade se fosse mantido o valor original, que já era baixo. Disse que o orçamento de 2019 de Primavera é inferior a 2016, quando tinha 704 alunos. Enfatizou ainda que hoje na matriz feita pela PROAD dos indicadores de produtividade, Primavera é o terceiro, próximo do segundo, em número de alunos das 19 unidades. Pediu atenção do reitor e do Túlio e pontuou que isso já foi conversado no CODIR em relação a esse problema porque precisa ser tratado um pouco diferente diante da postura do Governo Federal.

Túlio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo

Respondeu que a Reitoria faz um trabalho para atender os campi que estão com mais dificuldade, que não é só Alta Floresta, Primavera e Várzea Grande, mas os campi avançados também, que são os mais prejudicados nessa questão e, na sequência, enfatizou que a Reitoria tem sempre atendido e cuidado para manter esses campi em funcionamento plenamente como os demais. Após perguntas dos conselheiros, o Pró-Reitor Túlio assegurou que nenhuma unidade vai fechar até o final do ano, o que acontecerá será a precarização de algumas ações.

Antônio Nobre da Silva

Afirmou que acredita que os conselheiros anteriores nunca tiveram uma situação tão dramática, porque antes se discutia o que fazer e hoje precisa discutir o que não vão fazer. Enfatizou que não tem dúvida que o plano A e o plano B é exatamente dialogar com toda a comunidade a nível estadual e a nível nacional, disse que não tem outra saída também a não ser dialogar com a comunidade estudantil e expôs que não está

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Kantia Condi', 'Pedro', 'Júlio', and others.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

tranquilo, porque na fala do Dimorvan está bem claro de que a perspectiva não é longa. Ressaltou que todos sabem o que significa isso e qual é a origem. Reiterou, após, que esse diálogo precisa ser colocado para a base estudantil porque muitos não estão entendendo ainda e tem algumas coisas que a leitura só é entendida quando se fala de valores. Argumentou que ele pode fazer um discurso político e dizer toda a situação e dissecar o que está acontecendo no Brasil com relação a tudo, inclusive a educação, mas tem muita gente que não vai entender, mas quando se coloca valores, isso fica mais claro. Justificou que vão precisar dos estudantes para resistir e reforçou que a saída é a resistência e a resistência é dialogando e discutindo sobre essa dificuldade e também clareando as ideias.

Claudionor Nunes Cavalheiro

Disse que, embora se comemore que vá até o fim do ano, a sua preocupação é a que preço irá até o final do ano. Pontuou que essa política direcionada, em especial, à educação já foi vivenciada em épocas passadas, com contingenciamento, precarização, e vem o discurso de como utilizam mal o recurso sendo que cortou 30% e a instituição chegou até o final do ano. Ressaltou, logo após, que a precarização está clara e esse discurso é temeroso de que a instituição vai chegar até o final do ano com esse contingenciamento, porque já bem lembrado pelo Dimorvan, Primavera tem um número maior de alunos do que tinha com recurso menor e isso remete à precarização. Então os alunos vão ficar sem o recurso para viagem, sem uma capacitação, sem o financiamento para outras obras que necessitam. Argumentou que o Campus Primavera tem necessidade grande, assim como os outros com certeza terão, de laboratórios, de espaço físico, de refeitórios, de quadra poliesportiva. Advertiu que não tem para educação, mas as emendas parlamentares foram liberadas grandemente na Reforma da Previdência, então para cortar os direitos, tem dinheiro, mas para dar o que é o dever do governo, precisam entender que o país passa por uma grave crise econômica.

Sandra Maria de Lima

Esclareceu que, quando tem essa fala de ficar tranquilo por chegar até o final do ano, é porque o exercício contábil público é de um ano e o restante vai ter que pensar para o ano seguinte. Disse que o Campus Várzea Grande consegue funcionar, como está com o bloqueio, até 30 de setembro, mas acredita que é possível fazer um trabalho dentro da rede e conseguir chegar até dia 31 de dezembro. Afirmou que o campus tem prejuízo e também estão tendo que cortar algumas capacitações de professores, mas que a assistência estudantil foi mantida. Pontuou, na sequência, que esses cortes não são deste ano. Desde 2014, está sentindo a cada ano diminuir o orçamento e enfatizou que é bom dizer isso, porque às vezes colocam a culpa toda nesse governo. Relatou que no dia anterior estava muito apreensiva, foi a primeira vez que teve contato com esse governo no MEC, mas ficou muito satisfeita de ver o respeito com que foi tratada e até a expressão da admiração que o diretor da SETEC mostrou em relação ao IFMT e também à rede, inclusive incentivando outros projetos de pesquisa que o instituto apresentou e que trouxe o encantamento e a proposta de se implantar em toda a Rede Federal. Disse que acredita que vão retomar a obra do Campus Várzea Grande, porém não com a potência que esperava.

2.2 – Solicitação de Inclusão de Pauta

Não houve.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

2.3 – Solicitação de Exclusão de Pauta

Processo nº 23188.002229.2019-51 - Pedido de consideração acerca do processo de redistribuição de Samira dos Santos Ramos, solicitada pela Conselheira Chalani Kinthia de Freitas no dia 22/08/2019.

A Conselheira Chalani justificou que solicitou a exclusão porque conversou com alguns colegas conselheiros e decidiu encaminhar o processo para a Procuradoria para ter um respaldo maior.

3 – Ordem do Dia

3.1 Apresentação das ações realizadas pela AUDIN em 2019 e situação das recomendações emitidas pela AUDIN nas unidades do IFMT.

3.2 Avaliação de Desempenho Docente - Willian Silva de Paula - Interstício 07/04/2017 a 07/04/2019 - Processo nº 23188.000158.2019-52, sob relatoria do Conselheiro Claudionor Nunes Cavalheiro (Representação Docente)

3.3 Relatório da Auditoria Interna de recomendações não atendidas com prazo superior a 12 meses - Processo nº 23188.001943.2019-22, sob relatoria dos Conselheiros Aline Alves Souza (Representação Discente), Chalani Kinthia de Freitas (Representação Técnico-Administrativo) e Marcelo Ferreira de Arruda (Representação Docente)

Pauta

3.1 Apresentação das ações realizadas pela AUDIN em 2019 e situação das recomendações emitidas pela AUDIN nas unidades do IFMT.

A Auditora-Chefe da AUDIN, Edilene Sakuno Maeda, ressaltou que apresentará a prestação de contas das ações da auditoria do primeiro semestre de 2019, em atendimento à Instrução Normativa da CGU nº 09, de 09/10/2018, que estabelece que as unidades de auditoria interna devem prestar contas ao conselho. Inicialmente, apresentou a estrutura da AUDIN, que conta com o auditor-chefe, um assistente em administração e dois estagiários, além de duas coordenações: (1) coordenação nas áreas de bens, serviços e obras e (2) coordenação de auditoria na área de gestão de pessoas, que era representada por ela. Em seguida, disse que na coordenação de área de serviços tem três auditores e um técnico em assuntos educacionais, expôs que, com a mudança de chefia, a coordenação na área de gestão de pessoas foi suprimida por causa do Decreto 9.725/2019 e expôs também que a auditoria também sofre com a força de trabalho. Sobre o PAINT 2019, explicou que são várias áreas que a auditoria atua, que são as áreas de gestão de controles, bens e serviços, recursos humanos e gestão acadêmica. Em relação à gestão de controles, esclareceu que separou essas ações como estruturante, de assessoramento e de auditoria e explicou que as estruturantes são aquelas de praxe que tem que colocar no planejamento, que compreende a elaboração do RAIN, o parecer referente ao Relatório de Gestão, os cursos na área de auditoria, participação no Fonai Mec e Unamec, assim como reuniões com a Administração Superior. Na sequência, esclareceu que as ações de assessoramento são computadas o ano todo porque a qualquer momento a auditoria pode dar assessoramento à administração superior e que, nessa parte, tem também o Relatório gerencial do PPP e o acompanhamento à Comissão

Handwritten signatures and initials in blue ink:
Chalani Kinthia de Freitas (crossed out)
Pedro
OK
Noni
ppp
A
2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

Permanente do IFMT, que tem que dar respostas à CGU e ao TCU. Explicou ainda que a parte das ações da auditoria é praticamente revisar notas de auditoria e relatórios; realizar reuniões de cada rota e reuniões internas entre os auditores, bem como reuniões com os gestores e a avaliação da gestão da estrutura física e de pessoal na área de ensino. Posteriormente, afirmou que na área de gestão de suprimentos de bens, serviços, obras e concessão de bolsas, a auditoria já concluiu três rotas, que foi composta por: rota 1 - Juína e Campo Novo; rota 2 - Confresa e Barra do Garças e rota 3 - Rondonópolis, São Vicente e Primavera do Leste. Informou que a AUDIN já emitiu notas e relatórios dessas rotas e que foram analisados concessões de benefícios assistenciais, contratação de obras e serviços, materiais de consumo e permanente, concessões de auxílio estudantil, concessões de bolsa pesquisador, concessões de diárias, serviços terceirizados, passagem e despesas de locomoção e materiais de consumo na área de TI. Esclareceu que é feita uma matriz de risco e também uma amostra de 10% de todos os macroprocessos de cada unidade auditada. E informou que, na área de recursos humanos, foram vistos no semestre passado o adicional de periculosidade e insalubridade nos campi e a regularidade das concessões, requisições, ajuda de custo e auxílio-moradia a servidores. Prosseguiu informando que há quatro ações em andamento ou não realizadas ainda, que estavam programadas para o semestre passado e a auditoria não conseguiu ainda terminar ou iniciar, que são: a coletânea das constatações mais relevantes; a reestruturação dos programas e planejamento de auditoria; acompanhamento da admissão e aposentadorias/pensões e o acompanhamento de processos seletivos e vestibulares e colaboradores da UAB. Logo depois, apresentou o relatório gerencial do plano permanente de providências, com todas as recomendações emitidas, atendidas, não atendidas e prejudicadas; percentual de recomendações não atendidas por campus, assim como a quantidade de recomendações atendidas por campus e ainda o percentual de recomendações atendidas e não atendidas pelas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

Willian Silva de Paula

Apresentou o servidor Mychel Wheverardo Araújo Pessoa - Presidente da Comissão Permanente responsável pelo monitoramento e atendimento das solicitações/recomendações expedidas pelo Sistema de Controle Interno e Externo.

Antônio Nobre da Silva

Perguntou se a Reitoria tem informação precisa sobre o porquê as recomendações não estão sendo atendidas e indagou qual é o entrave principal.

Dimorvan Alencar Brescancim

Afirmou que o Campus Primavera do Leste é o campus que tem menos técnico-administrativos das 19 e argumentou que isso tem um impacto direto nessas ações burocráticas porque os servidores ficam o tempo inteiro correndo atrás daquilo que já deveria ter sido feito. Disse que isso não justifica, porque é preciso cumprir, mas que é importante pontuar porque a questão da segregação de função e a questão do grupo pequeno para dar suporte ao funcionamento da instituição e as suas necessidades leva a uma dificuldade de atender no tempo aquilo que precisa ser feito. Reforçou, em seguida, que Primavera sofre por conta do quadro exíguo de servidores e expôs que, pelo número de alunos que tem, já era para ter aquilo que a Portaria 246 estabelece, que são 70 docentes e 45 técnico-administrativos, porém só tem 23 TAE's e, desses,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Karla Coraki, Adriano, and others.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

dois de licença médica e apenas 21 em atividade. Então não dá vazão ao serviço e tem coisas que estagiário não faz nem pode colocar para fazer e também não pode colocar um servidor terceirizado para lidar com questões administrativas que são de responsabilidade do servidor efetivo, do dirigente ou do coordenador. Relatou que em muitos casos em Primavera só tem uma pessoa no setor e exemplificou que a coordenadora de gestão de pessoas é a psicóloga, que tem que fazer o serviço de psicologia e tem que fazer também o serviço da coordenação e responder tudo. Afirmou, na sequência, que tem absoluta certeza de que no rol das pendências apontadas, não tem praticamente nada grave ou gravíssimo que necessita de um olhar diferenciado porque suscita dúvida do ato de gestão. São erros de formalidade e as incidências acabam sendo maior quando existe esse cenário de quadro exíguo de servidores.

Cleber Irineu Rodrigues da Silva

Disse que compreende a fala do conselheiro Dimorvan, mas pontuou que é um trabalho muito importante da auditoria. Logo após, pediu para a AUDIN fazer um gráfico do que é urgente e o que não é urgente e sugeriu que as que forem urgentes tem que ser tratadas com mais celeridade e penalizar alguém, porque se for uma coisa urgente e não fez, é grave. Indagou até quando o gráfico vai ficar em aberto e advertiu que tem que ter alguma coisa mais séria.

Marcus Vinicius Taques Arruda

Afirmou que esses relatórios são publicizados pelo site da auditoria e convidou os conselheiros a darem uma olhada porque a questão é que têm algumas constatações que são estruturais e o gestor não tem como fazer, como a acessibilidade, por exemplo. Ressaltou que é o papel da auditoria, ela tem que colocar que os campi tem que ter acessibilidade conforme a lei, mas questionou como fazer isso num campus agrícola com um orçamento de dois milhões e meio para investimento. Pontuou que é importante a auditoria fazer esse papel e o conselho analisar porque isso é um instrumento para o gestor chegar a Brasília, na SETEC, e mostrar que não tem como. Argumentou que tem também as questões sobre o número de servidores, que ele imagina que deve ter inúmeros documentos dos diretores-gerais cobrando o reitor e do reitor cobrando o MEC. Na sequência, enfatizou que o conselho tem que ter essa sapiência de saber diferenciar e que, por isso, é importante a leitura do relatório e pontuou também que isso é importante porque a auditoria tem um olhar holístico e consegue analisar de forma mais acurada. Reforçou, ao final, que tem questões que são estruturais, a auditoria tem que fazer o papel dela, ela vai notificar, vai ficar no plano de previdência e, se não houver uma gestão do governo, não vai mudar.

Edson Jerônimo Nobre

Sobre a dúvida do Conselheiro a respeito de algum retorno, esclareceu que quando a AUDIN emite um relatório de auditoria, essas recomendações que estão no relatório vão para uma planilha no Google Drive que é disponibilizada para os gestores e para os auditores e há um acompanhamento/monitoramento ao longo desses 12 meses. Explicou que sobre as recomendações não atendidas, não quer dizer que os pró-reitores não olharam para essas recomendações, muitas vezes se manifestaram, às vezes tiveram que abrir alguma comissão para fazer algum trabalho que ainda está em andamento, mas enquanto não for concluído e não forem tomadas as providências finais, ela fica como não atendida. Em relação à questão da relevância dos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Karlson Casali', 'Hirany', and 'OK'.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

riscos, disse que no RAINT e no relatório de gestão a auditoria faz a listagem de quais são as recomendações mais relevantes para o IFMT e se elas estão como não atendidas e, na sequência, disse que é possível também fazer isso ao longo do ano nos relatórios. Justificou que as recomendações são colocadas com base na legislação e afirmou que estão vendo as dificuldades que os gestores têm, mas tem que colocar na recomendação porque é lei e é obrigatório. Afirmou que, quando entra o assessoramento, é aquele momento que a AUDIN faz reuniões com os pró-reitores e gestores e esclareceu, ainda, que aquelas últimas recomendações que realmente dependem de questões externas, precisam ser justificadas que não compete ao reitor ou ao gestor do campus, que ele já fez um pedido e ainda não tem esse retorno.

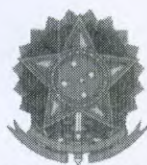
Julio César dos Santos

Afirmou que o trabalho da auditoria para o campus Alta Floresta é importante, estratégico e tem dado um suporte interessante, inclusive em termos administrativos. Relatou que tem algumas angústias com relação a determinadas constatações que são realizadas, que coloca os gestores em algumas situações difíceis, porque são situações que os gestores não têm o poder de resolver. Como, por exemplo, a ausência de servidores no campus que os obriga, muitas vezes, a colocar principalmente no DAP um servidor que acaba desenvolvendo duas funções que ele não deveria desenvolver ao mesmo tempo. Então eles recebem uma constatação orientando a realizar a segregação de funções, que até conseguem fazer, mas tira um servidor de outro setor e o outro setor também fica pendente e, na próxima auditoria, recebem uma constatação porque está faltando servidor naquele outro setor. Expôs, na sequência, que outra situação que o angustia muito também é com relação às constatações relacionadas à infraestrutura física que carece de recursos orçamentários para serem resolvidas e o momento atual é de dificuldade. Exemplificou que uma das constatações relacionadas ao Campus Alta Floresta é a recomendação da construção de um setor de almoxarifado e justificou que até elaboraram o projeto, mas precisam de recurso e que não está fácil conseguir, principalmente para investimento. Pontuou que entende que se o problema foi constatado, a equipe de auditoria precisa apontar que o problema existe, mas afirmou que gostaria de contar com o bom senso e a coerência de compreender que os gestores ficam num beco sem saída. Em seguida, pediu ajuda da auditoria nessas circunstâncias para conseguirem buscar os melhores encaminhamentos possíveis.

Claudionor Nunes Cavalheiro

Disse que essa fala já foi feita em outros momentos e afirmou que o instituto tem o número de servidores por campus, docentes e técnicos, e um padrão básico de servidores que deveriam estar em cada campus, assim como o levantamento de quais campi estão atingindo a meta de alunos prevista no PDI, então é urgente que seja feito esse reescalonamento de servidores. Ressaltou que sabem que tem campus que tem, principalmente, técnico-administrativos que querem se movimentar de campus para campus, enquanto algumas unidades estão extremamente fragilizadas. Pontuou que Primavera do Leste está extremamente fragilizado com relação ao número de servidores, esses colegas estão sofrendo com essa questão e não é falta de falar. Expôs ainda que sabem que não vão ser contratados, porque isso faz parte da precarização do serviço público e indagou, então, quais outros fatores o instituto pode fazer para diminuir esses problemas. Sugeriu que seja feito esse redimensionamento da força de trabalho dentro do IFMT.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
Karlson Coroki
Wm
S. Sparozzo
OK
A
SM
JAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

Edson Jerônimo Nobre

Em resposta ao Prof. Júlio e ao Prof. Claudionor, afirmou que a auditoria também olha e monitora as metas do PDI e que no relatório do ano passado tem a análise do que foi atingido de metas e como foi. Sobre o que o professor Júlio falou, disse que a auditoria consegue compreender isso quando visita o campus e quando conversa com os gestores, mas não pode se furtar de colocar a recomendação. Justificou que quando a auditoria chega ao campus, encontra falhas processuais e percebe que a causa é a questão de servidores, ela tem que colocar uma recomendação para lotar servidores, mesmo que saiba que o IFMT não tem código de vaga. E então essas recomendações vão para o conselho discutir e decidir o que vai fazer.

Sandra Maria de Lima

Enfatizou que os gestores sabem exatamente quais são os servidores que o campus precisa. No PDI, inclusive, nos elementos mínimos que existe na resolução da elaboração do PDI, eles colocam até 2023 quantos técnicos e a formação que precisa a cada ano, assim como a quantidade de professores e suas áreas em função dos cursos. Então esse dimensionamento é feito, mas existe a dificuldade de ampliar o banco tanto de TAE's quanto de professores e isso depende do Ministério da Economia e do MEC, não dos gestores do IFMT. Reiterou que a tarefa é feita pontualmente todo abril de todo ano, que é mandar para o MEC, segundo a Portaria 109, que é uma portaria interministerial, do antigo Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação, a relação de servidores que o campus precisa para o ano seguinte. Ressaltou que esse dimensionamento está feito, porém não tem sido atendido.

Dimorvan Alencar Brescancim

Explicou que a intenção do redimensionamento vai numa outra direção e lembrou que há a portaria 246 que estabelece o número de servidores a ser alcançado para cada unidade. Pontuou que a questão que se coloca, que foi mencionada pelo Claudionor e oficializada pelo Campus Primavera, é uma busca de redimensionamento dentro daquilo que o instituto tem, porque dentro disso existe uma diferença que poderia equilibrar algumas unidades que estão em dificuldades. Afirmou que a questão é ter vontade de mexer com isso, porque quando há colegas com aulas, por exemplo, muito abaixo daquilo que está escrito na legislação que rege o sistema, poderia numa eventual aposentadoria ou redistribuição pegar aquele código de vaga e lotar onde é necessário. E pegar o servidor técnico-administrativo que quer remover e está num campus que está com uma capacidade instalada bem acima daquilo que tem e passar a liberar esse servidor para remover para uma unidade que está sofrendo. Argumentou que se isso fosse feito, estariam fazendo uma justiça interna, porque sabem que existe uma política de dificuldade com as novas vagas e, quando elas vem, o professor Willian tem tratado dessa questão junto às unidades para distribuir. Argumentou ainda que tem unidades que já tem técnico-administrativos acima do que a Portaria 246 estabelece e tem outras que estão precarizadas e, na sequência, indagou se não dá para tirar de lá e colocar onde precisa, sendo que a lei já fala que está acima.

Sandra Maria de Lima

Esclareceu que a sua resposta foi para dimensionamento futuro e pontuou que se olharem a plataforma Nilo Peçanha, vão perceber que a relação aluno-professor de todos os campi está boa, inclusive do IFMT tem a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

média de 24,25 alunos por professor, enquanto que se pede é 20 para ensino médio e 18 para graduação. Disse que quando o conselheiro Dimorvan faz uma fala dessa, dá impressão que tem muito professor com pouca aula, mas não é bem assim. Então tem que ser mais criterioso ao pontuar que existem unidades que estão com uma folga de trabalho. Em relação a técnico-administrativo, afirmou que não tem essa informação, mas que na plataforma Nilo Peçanha dá para olhar em relação a isso.

Julio César dos Santos

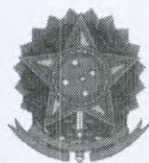
Afirmou que tem campus que tem a quantidade de técnico superior ao número de professores ou equivalente e outros que tem mais de três professores para cada técnico, então é muito desproporcional essa relação e essa força de trabalho. Ressaltou que outra questão que precisa ser analisada também é justamente essa relação de carga horária desproporcional de professores de alguns campi para outros campi, porque acaba ficando uma situação muito ruim e chega ao absurdo de ouvir de professor que prefere ir para outro campus porque lá teria uma situação mais tranquila de trabalho nesse sentido. Pediu, então, uma atenção especial do conselho, da Reitoria e da auditoria no sentido de traçar uma estratégia e desenvolver um trabalho nesse sentido, porque acha que é uma questão de fazer justiça dentro da instituição.

Claudionor Nunes Cavalheiro

Propôs a criação de um grupo de trabalho para definir o rumo que o IFMT precisa tomar em relação à força de trabalho.

Silvana Alves Pedrozo Vitalino Barbosa

Lembrou que quando teve a expansão da rede, foi deliberado pela gestão a abertura de novos campi e o que está ocorrendo hoje não é nada mais que colhendo os frutos de uma expansão que não foi bem analisada. Lembrou ainda que o instituto está com vários servidores de licença médica, em processo de adoecimento, então se vai criar um GT, tem que ser um pouco humano. Questionou por que o instituto está com tantos servidores afastados e disse que fica triste com essa fala de não contratar adoecidos, porque a capacidade da pessoa não acabou, mas ela está num momento em que não está bem e isso acontece até com os alunos. Relatou, na sequência, que no ano passado no Campus São Vicente teve duas alunas do curso de zootecnia que tentaram tirar a própria vida e questionou como podem lidar com isso, porque tudo está sendo cortado e os professores não são preparados para identificar e trabalhar isso com os alunos. Afirmou que para equalizar esses campi, os servidores têm que querer fazer essa remoção, porque existem locais com 1.200 km de distância e o servidor não pode ser forçado a ir para aquele local porque naquele local está com problemas. Reforçou que tem que ter um cuidado com tudo isso porque tudo isso começou com a expansão. E chamou atenção para outra situação falada que alguns professores estão com a carga horária muito abaixo. Explicou que na reformulação hoje da matriz do ensino médio técnico, tem que ter um cuidado porque 400 horas estão sendo retiradas do ensino fundamental, a área técnica já está estrangulada na sua carga horária, agora deram uma prorrogação e vai mexer com carga horária de professor no campus. Afirmou que vai ter professor que vai ter menos carga horária ainda e outros talvez mais e exemplificou que querem cortar carga horária de filosofia, assim como de educação física e artes e questionou, em seguida, que não é culpa do professor se ele não consegue atingir a carga horária mínima necessária. Finalizou que se o encaminhamento for esse do GT,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

precisa ter muito cuidado, porque o processo é muito profundo nessa situação.

Ali Veggi Atala Júnior

Afirmou que não coloca a culpa pela falta de servidor na expansão como a conselheira Silvana e argumentou que a descontinuidade da política educacional é que faz com que os campi passem por dificuldade e que todo mundo foi a favor da expansão na época. Justificou que a conta estava no orçamento e o planejamento existia. Agora vem o future-se, que tem pontos positivos e pontos negativos que a audiência pública vai resolver e o conselho não pode fugir do que está por vir. Lembrou que o discurso que o MEC vem trazendo, pelo menos a público, é exatamente nesse sentido, do que o instituto tem e está fazendo. Afirmou que o conselho precisa saber a realidade da instituição e disse que o grupo de trabalho pode sim trazer um documento do que é que o instituto tem hoje e como pode fazer e pode, inclusive, ser um planejamento a longo prazo, respeitando as individualidades. Na sequência, afirmou que é favorável ao grupo de trabalho, mas pelo aspecto do que tem que ter para defender a instituição e no futuro ter algumas ações, respeitadas as individualidades e os direitos de cada servidor. Enfatizou que tem qualidade nos 19 campi, independente de faltar ou não servidor, então o instituto também está levando ensino para onde não tinha e não se pode esquecer as contribuições que a expansão trouxe.

Dimorvan Alencar Brescancim

Para esclarecer para a Conselheira Silvana, disse que é extremamente a favor de respeitar a individualidade do servidor, mas que não pode tratar essas questões com o viés da defesa incondicional. Declarou que tem que defender os servidores, pois eles trabalham muito e a rede tem provado constantemente a sua qualidade e eficiência, reconhecida, inclusive, pelos órgãos que avaliam. Mas argumentou que precisam ser técnico e pragmático em relação a buscar soluções que respeitem todas essas questões, mas que tragam a solução de um problema que acontece do lado inverso também, porque as pessoas adoecem pela estafa do excesso de trabalho e adoecem pela comparação, muitas vezes, que se faz com um colega que está do outro lado numa condição muito melhor. Reiterou que precisa se aprofundar dentro da organização no sentido de respeitar todos os direitos individuais, mas usar as possibilidades que tem para equalizar o sistema, porque quando o servidor aposenta ou redistribui, aquele código de vaga foi desocupado e, quando se trabalha em rede, a rede precisa ser realmente tratada como rede e analisar se ele é mais necessário aqui ou se pode ser provido num outro lugar que está com dificuldade e isso não é adentrar na individualidade. Justificou que existe um cadastro permanente de remoção, então já se sabe a intenção das pessoas se removerem e se tem um servidor que quer ir para Várzea Grande e Várzea Grande está sofrendo e precisa dele, indagou como poderia criar um mecanismo de tentar viabilizar que isso aconteça. Expôs, logo depois, que a proposição feita foi oficializada por Primavera nesse sentido, foi negada e hoje o Conselho Superior se coloca no sentido de propor um grupo de trabalho para fazer isso. Disse que é grande desse conselho se ele realmente fizer o trabalho que tem que ser feito, porque vai diminuir os problemas de saúde, equalizar e maximizar a força de trabalho. Porque se atende o servidor que quer ser removido e não prejudica a unidade de onde ele saiu, estará trazendo satisfação do servidor e melhorando a capacidade produtiva da instituição.

3.2 Avaliação de Desempenho Docente - Willian Silva de Paula - Interstício 07/04/2017 a 07/04/2019 - Processo nº 23188.000158.2019-52, sob relatoria do Conselheiro Claudionor Nunes Cavalheiro

Carolina Casoli
Júlio
Padroa
OK
fel



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

(Representação Docente)

O relator Claudionor Nunes Cavalheiro afirmou que ele fez a leitura e a análise da documentação que foi informada no processo e, na sequência, procedeu à leitura do parecer de relatoria, conforme segue: Histórico - o processo de avaliação docente sob o número 23188.000158.2019-52, tendo como interessado o docente Willian Silva de Paula, teve início em 17 de janeiro de 2019. Após juntada de documentos e análise por parte da DSGP, o referido processo foi encaminhado ao CONSUP para apreciação e parecer do relator. Mérito - a documentação anexada está em conformidade com os critérios avaliativos propostos pelo IFMT conforme Resolução 047/2012, que trata da avaliação de desempenho acadêmico do servidor. Parecer - o servidor, ao apresentar a documentação, faz jus à progressão de nível por adequar-se às normas propostas na Resolução 047 e, diante do exposto, este relator é de parecer favorável à progressão do servidor do nível de D IV-3 para o nível de D IV-4 e solicita a este conselho a aprovação da relatoria.

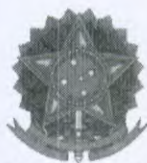
Em seguida, submetida à votação, foi aprovada pela Resolução nº 033/2019.

3.3 Relatório da Auditoria Interna de recomendações não atendidas com prazo superior a 12 meses - Processo nº 23188.001943.2019-22, sob relatoria dos Conselheiros Aline Alves Souza (Representação Discente), Chalani Kinthia de Freitas (Representação Técnico-Administrativo) e Marcelo Ferreira de Arruda (Representação Docente)

O Presidente do Conselho, Prof. Willian de Paula, propôs antecipar a data da reunião do Conselho Superior do dia 25 de outubro para o dia 18 de outubro. Submetido à votação, foi aprovada pela Resolução nº 034/2019.

Marcelo Ferreira de Arruda

Informou que em fevereiro o GT recebeu a relatoria das constatações que viraram recomendações da Audin, explicou como a auditoria faz as constatações e apresentou um exemplo de constatação, recomendação e manifestação de um campus. Prosseguiu a sua fala dizendo que na 38ª Reunião Ordinária do Conselho Superior foi distribuído o relatório de recomendações do plano permanente de providências, que o relatório tem recomendações desde o exercício de 2013 e que é a primeira vez que está tendo uma relatoria de todas elas. Esclareceu que isso impactou num número excedente de recomendações. Relatou, na sequência, que a comissão decidiu dividir essa análise entre a Reitoria e os campi. Então a comissão vai tratar, no primeiro momento, os campi e, na próxima reunião, será a Reitoria. Ressaltou que o que instrumentaliza esta relatoria é a Resolução CONSUP nº 97/2017 e explicou que ela traz apenas três providências, a saber: (1) facultar o gestor da unidade examinada, que discorda das recomendações emitidas e assume a responsabilidade; (2) apurar responsabilidade do gestor da unidade examinada e (3) arquivar as recomendações não atendidas. Reforçou ao Presidente que os conselheiros precisam de capacitação, afirmou que, por isso, procuraram muito a assessoria da AUDIN e comunicou que tomaram também alguns parâmetros, por exemplo, que se a Audin já indicava apurar responsabilidade do gestor, o GT acompanhou a recomendação. Logo após, explicou que as recomendações pendentes são aquelas que o GT não conseguiu ter subsídios o suficiente para identificar se aquela recomendação ou constatação foi sanada, então vão remeter novamente ao gestor e ele vai responder se está sanada ou não e terá que ter a confirmação da Audin, mas isso depende de uma aprovação do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

conselho, porque esse pendente não está previsto naquela resolução e pode virar arquivamento ou apuração de responsabilidade. Expôs que precisam do apoio dos demais conselheiros porque só existem aquelas três situações e o conselho precisa decidir se vai dar maior prazo aos gestores. Na sequência, apresentou o número de constatações que vão para arquivamento, pendentes, para apuração de responsabilidade e prejudicada de cada campus e propôs a dinâmica de apresentar o arquivo da Audin e fazer a análise de cada uma das recomendações e enfatizou ainda que os conselheiros podem discordar das sugestões do grupo de trabalho.

Sandra Maria de Lima

Afirmou que ao todo são muitas pendências para analisar, então sugeriu que esse relatório fosse mandado por e-mail e que os conselheiros fizessem a leitura e as colocações, porque o tempo não será suficiente.

Edson Jerônimo Nobre

Como a comissão já sugeriu que desse mais prazo até outubro para que os diretores dos campi resolvam tomar aquelas providências pendentes, recomendou que o conselho já aprove esse prazo e quando vier para outubro, os conselheiros dizem se tem algum pendente, prejudicado ou de apuração que não concorda. Reforçou, em seguida, que até outubro, os gestores devem resolver as recomendações pendentes, enquanto isso, os conselheiros analisam os outros pontos e, se alguém tiver dúvida ou alguma contestação, traria nessa reunião de outubro.

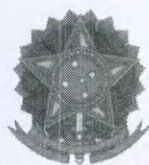
Submetido à votação, o pleno aprovou estender o prazo para os dirigentes resolverem as recomendações pendentes.

Julio César dos Santos

Ressaltou que é muito importante a fala da Silvana com relação à questão dos servidores no sentido de que tem que pensar e humanizar o processo e afirmou que com relação à gestão também passa pela mesma situação. Relatou que a auditoria tem procedido muito bem e afirmou que não tem como não elogiá-la, porque ela vai ao campus e faz uma série de reuniões com a equipe, nessas reuniões são prestados vários esclarecimentos e percebem que boa parte das dúvidas daquilo que poderia virar contestação dentro de um PPP é sanado nesse momento. Disse que agora estão em outro momento crucial, que é um momento em que algumas dessas constatações podem virar recomendação de apuração, o que tem implicação direta na vida desses gestores e, inclusive, na vida funcional deles. Solicitou, então, se possível, que para essas recomendações de apuração houvesse a oportunidade, no conselho ou através da comissão de auditoria, de que esses gestores pudessem se manifestar, inclusive numa reunião com a comissão e com a auditoria para dirimir e sanar todas as dúvidas que restarem daquele processo. Justificou que sabe que o que vale no processo são os documentos, então fica o envio de documentos de justificativa e a auditoria trabalha dessa forma, mas argumentou que essa oportunidade de prestar esses esclarecimentos acaba no campus no primeiro momento da visita.

Edson Jerônimo Nobre

Reforçou que quando vai na recomendação para apurar responsabilidade por aquele fato e isso aconteceu há



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

2 ou 3 anos, por exemplo, o gestor da época teria que encaminhar o documento para a Reitoria e então o reitor, junto com o corregedor, definir se é caso realmente de um PAD, comissão de sindicância, comissão de ética ou mesmo de nenhum. Pode, inclusive, decidir pelo arquivamento, porque isso é prerrogativa do reitor. Disse que essas apurações de responsabilidade que apareceram, provavelmente, não chegaram a ir para o reitor ou para a corregedoria e quando chega lá, tem esse momento mencionado pelo Julio, porque já teve aquele período todo de acompanhamento no PPP.

Willian Silva de Paula

Afirmou que acata a sugestão do Conselheiro Julio.

APROVAÇÃO AD REFERENDUM COMUNICADA

1. Resolução 032/2019 - Autorizar, Ad Referendum, o funcionamento do Curso de Bacharelado em Administração do IFMT - Campus Pontes e Lacerda, a partir do ano letivo 2020/1.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA RELATORIA

1. Processo nº 23194.036946.2016-55 - Mudança de Regime de Trabalho - Ema Marta Dunck Cintra, para análise do Ofício 026-2019 da CPPD. **Relatora: Silvana Alves Pedrozo...**

2. Processo nº 23188.002599.2019-99 - Solicitação de alteração no Regulamento da Política de Capacitação do IFMT. **Relatores: Edna Pereira dos Santos Ferreira, Chalani Kinthia de Freitas e Elias da Silva Vasco Júnior**

3. Processo nº 23749.000681.2018-03 - Extinção do curso técnico de serviços de condomínio da modalidade PROEJA do IFMT-VGD. **Relator: Julio César dos Santos**

4. Processo nº 23749.000682.2018-40 - Extinção do curso técnico de desenho de construção civil modalidade subsequente do IFMT-VGD. **Relator: Dimorvan Alencar Brescancim**

DESIGNAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

GT para participar da organização de audiência pública sobre o Programa Future-se: Ali Veggi Atala Júnior, Átila Milhomem da Costa, Demétrio de Abreu Sousa, Marcelo Ferreira de Arruda e Silvana Alves Pedrozo Vitalino Barbosa

GT responsável pelo estudo de ações quanto ao quantitativo de servidores nas unidades do IFMT: Antônio Nobre da Silva, Átila Milhomem da Costa, Chalani Kinthia de Freitas, Claudionor Nunes Cavalheiro e Silvana Alves Pedrozo Vitalino Barbosa

ENCERRAMENTO

Aos **vinte e três** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e dezenove**, às onze horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Reitoria, encerrou-se a 41ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFMT. O Presidente do CONSUP agradeceu a disposição e a participação dos membros do Conselho.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Silvana', 'Pedrozo', 'EK', 'MAM', and 'del'.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

ASSINATURAS	
Willian Silva de Paula Presidente do Conselho Superior	
Demétrio de Abreu Sousa Representação Docente	
Marcelo Ferreira de Arruda Representação Docente	
Antônio Nobre da Silva Representação Docente	
Claudionor Nunes Cavalheiro Representação Docente	
Ali Veggi Atala Júnior Representação Técnico-Administrativo	
Chalani Kinthia de Freitas Representação Técnico-Administrativo	
Atila Milhomem da Costa Representação Técnico-Administrativo	
Karlla Tiek Moraes Sasaki Representação Sociedade Civil	
Cleber Irineu Rodrigues da Silva Representação Egressos (Superior)	
Eudes Franco Neto Representação Egressos (Nível Médio)	
Silvana Alves Pedrozo Vitalino Barbosa Representação Entidade Sindical	
Marcus Vinicius Taques Arruda Representação Colégio de Dirigentes	
Sandra Maria de Lima Representação Colégio de Dirigentes	
Julio César dos Santos Representação Colégio de Dirigentes	
Dimorvan Alencar Brescancim Representação Colégio de Dirigentes	
Luiz Simão Staszczak Representação MEC	

Conselheiros Suplentes COM TITULARIDADE nesta Reunião	
Ivo da Silva Representação Técnico-Administrativo	
Luciana Santos da Rosa Representação Técnico-Administrativo	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR – CONSUP

João Flávio Barbosa Representação Discente	
--	--

Secretária	
Isabela Silva Campos Secretária Executiva	